

Mudanças estruturais da economia Brasileira: O fator China como impulsionador da desindustrialização nacional

Cambios estructurales en la economía brasileña: el factor China como motor de la desindustrialización nacional

Structural changes in the Brazilian economy: The China factor as a driver of national deindustrialization

Jacqueline A. Haffner¹ 
Marcel Jaroski Barbosa² 

DOI: 10.22478/ufpb.2525-5584.2020v5n3.54176

Recebido em: 27/07/2020
Aprovado em: 14/09/2020

Resumo: A economia internacional vem sendo marcada pela globalização econômica desde a década de 1970. Este processo se deu pela internacionalização produtiva e financeira em termos globais. Tais fenômenos estão ligados ao início da transferência da indústria manufatureira para a Ásia. Ou seja, estão diretamente relacionados com as relevantes transformações na estrutura produtiva mundial; as quais levaram ao fim das cadeias locais de valores e o surgimento das cadeias globais de valores (CGVs), representando assim a face produtiva da globalização econômica. Neste contexto, a economia brasileira passou por uma significativa mudança estrutural nas últimas três décadas. Nos anos 2000, as relações sino-brasileiras se intensificaram. Assim, devido aos interesses chineses no Brasil, trabalha-se com a hipótese de que esta relação intensificará a desindustrialização nacional. Por meio da realização de revisão bibliográfica e análise de dados, este artigo tem como objetivo analisar como se inicia este processo, a influência da economia chinesa nesta mudança e discutir sumariamente de que modo a formulação da política externa entre os anos de 2003 a 2015 foi usada para enfrentar a mudança estrutural em curso no Brasil. Constatou-se que medidas foram adotadas para estimular o setor industrial, porém, dada a complexidade do fenômeno, a mudança estrutural avançou.

Palavras-chave: Desindustrialização; Política Externa; Brasil.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: jacqueline.haffner@ufrgs.br

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: mjaroski@gmail.com

Resumen: La economía internacional ha estado marcada por la globalización económica desde la década de 1970. Este proceso tuvo lugar a través de la internacionalización productiva y financiera global, fenómenos estos que están relacionados con el inicio del traslado de la industria manufacturera a Asia. En otras palabras, están directamente relacionados con los cambios relevantes en la estructura productiva global; lo que llevó al fin las cadenas de valor locales y el surgimiento de las cadenas de valor globales (CGV), representando así, la nueva cara productiva de la globalización económica. En este contexto, la economía brasileña ha experimentado un cambio estructural significativo en las últimas tres décadas. En la década de 2000, las relaciones chino-brasileñas se intensificaron. Así, debido a los intereses chinos en Brasil, la hipótesis de este artículo, es que esta relación intensificará la desindustrialización nacional. Mediante revisión bibliográfica y análisis de datos, este estudio tiene como objetivo analizar cómo se inicia este proceso, la influencia de la economía china en este cambio y discutir brevemente cómo fue la formulación de la política exterior entre 2003 y 2015, que fue utilizada para empezar el cambio estructural en curso en Brasil. Al final del artículo se concluye que se tomaron medidas para estimular el sector industrial, sin embargo, dada la complejidad del fenómeno, el cambio estructural ha avanzado significativamente.

Palabras-clave: Desindustrialización; Política exterior, Brasil.

Abstract: The international economy has been marked by economic globalization, since the 1970s. This process took place through global productive and financial internationalization. Such phenomena are linked to the beginning of the transfer of the manufacturing industry to Asia. In other words, they are directly related to the relevant changes in the global production structure; which led to the end of local value chains and the rise of global value chains (CGVs), thus representing the productive face of economic globalization. In this context, the Brazilian economy undergoes a significant structural change in the last three decades. In the 2000s, Sino-Brazilian relations intensified. Through bibliographic review and data analysis, this article aims to analyze how this process begins, the influence of the Chinese economy in this change and briefly discuss how the formulation of foreign policy between the years 2003 to 2015 was used to face the structural change underway in Brazil. It was found that measures were taken to stimulate the industrial sector, but given the complexity of the phenomenon, structural change has advanced.

Keywords: Deindustrialization; Foreign Policy; Brazil.

1. Introdução

A estrutura produtiva nacional vem passando por significativas modificações desde a década de 1980, ou seja, analisando-se o PIB brasileiro pela ótica da oferta, constata-se uma redução da participação da indústria nacional. Também está em curso, nas últimas décadas, a expansão chinesa. A partir de 2010, a China ampliou sua relação com o Brasil para além das relações comerciais e começou a investir expressivamente na economia

nacional por meio da realização de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED). Considerando que os principais interesses chineses, ao realizarem esses investimentos, são atender a sua necessidade por *commodities* e ter acesso ao mercado consumidor da América Latina, trabalha-se com a hipótese que esses investimentos irão reforçar a mudança estrutural da economia nacional.

Desta forma, este artigo visa investigar de que modo a formulação política externa brasileira nos anos 2000, portanto, precisamente nos Governos Lula e Dilma foi usada para tratar deste relevante problema que afeta a economia nacional. Para tanto, este artigo é composto por três seções além dessa Introdução. A primeira seção apresentará dados atinentes à expansão chinesa e ao processo de desindustrialização e reprimarização da pauta exportadora da economia brasileira. Na segunda seção, será realizada uma breve apresentação sobre as causas apontadas na literatura como causadoras da desindustrialização brasileira. Por fim, a terceira seção discute, sumariamente, este fenômeno à luz da formulação da política externa brasileira do período. Por último apresentam-se as considerações finais deste trabalho.

2. Expansão chinesa e a mudança da estrutura produtiva nacional

A China tem apresentado um expressivo crescimento econômico nos últimos 46 anos. De 1971 a 2016, o PIB chinês cresceu em média 9%. No início deste período, ou seja, em 1970, o PIB chinês correspondia a 1% do PIB mundial, em 1990, passou a corresponder a 2%, em 2000 a 3,5% e finalmente, em 2016, o PIB chinês passou a equivaler a 10% do PIB mundial (UNCTAD, 2017).

Atualmente, a China é o maior exportador do mundial e o segundo importador e, além disso, possui expressivos superávits comerciais nos últimos vinte anos. Em 2016, a China apresentou um superávit comercial na ordem 509 bilhões de dólares e suas reservas internacionais atingiram as cifras de 3,1 trilhões de dólares (SAFE, 2018). O aumento da participação chinesa nas exportações mundiais é significativo. Em 1980, elas representavam 1%, passando para 2% em 1990, 4% em 2000 e 10% em 2010 e, finalmente, atingindo 13% em 2017. Em 2007, pela primeira vez, as exportações chinesas ultrapassaram as exportações norte americanas, representando 9% (UNCTAD, 2017). Além disso, em 2009, a China tornou-se o maior parceiro comercial do Brasil, superando os Estados Unidos.

No que tange ao fluxo de IED, em 2016, a China é o terceiro maior país na condição de receptor. Como investidor, a China figura na segunda colocação. Analisando os fluxos de IED, o coeficiente que relaciona IED realizado com IED recebido, verifica-se uma variação de 52%, em 2008, para 94%, em 2015, para finalmente, em 2016, atingir o coeficiente de 137%, indicando que a China está investindo mais do recebe. Quanto ao estoque de IED, a China é o terceiro país na condição de investimentos recebidos e o sexto na condição de investidor realizado (UNCTAD, 2017).

Também no que concerne aos gastos militares, observa-se um aumento destes investimentos. A China, na década de 1990, aumentou anualmente seus gastos militares a uma média de 7%, elevando posteriormente este gasto em 13% na primeira década dos anos 2000 e, posteriormente, fixando-os em 8% entre os anos de 2011 a 2015 (SIPRI, 2017). Dado esse aumento com os gastos militares, Fiori (2008) destaca que esse país passa a possuir o segundo maior orçamento militar do mundo, sendo que 30% do gasto público é destinado à defesa nacional. Além disso, esse movimento representa uma afirmação da China no Leste Asiático e no mar do sul do Pacífico (FIORI, 2014).

Nesse sentido, considerando o aumento do poder econômico e político da China, Fiori (2008) defendia naquele momento a grande possibilidade de que esse país expandiria sua atuação para além de suas cercanias. Assim, a China tem ampliado sua presença na África e na América Latina com o intuito de firmar seu papel de financiador de obras e, assim, combater o déficit estrutural que os países do Sul possuem. Entre 2005 e 2012, o financiamento chinês, realizados pelos bancos estatais de fomento³, destinado à América Latina, foi de US\$86 milhões superando o empréstimo concedido por organismos internacionais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Os bancos chineses possuem melhores condições de pagamento e não exigem condicionalidades políticas para a concessão dos empréstimos (GALLAGHER; IRWIN; KOLESKI, 2013).

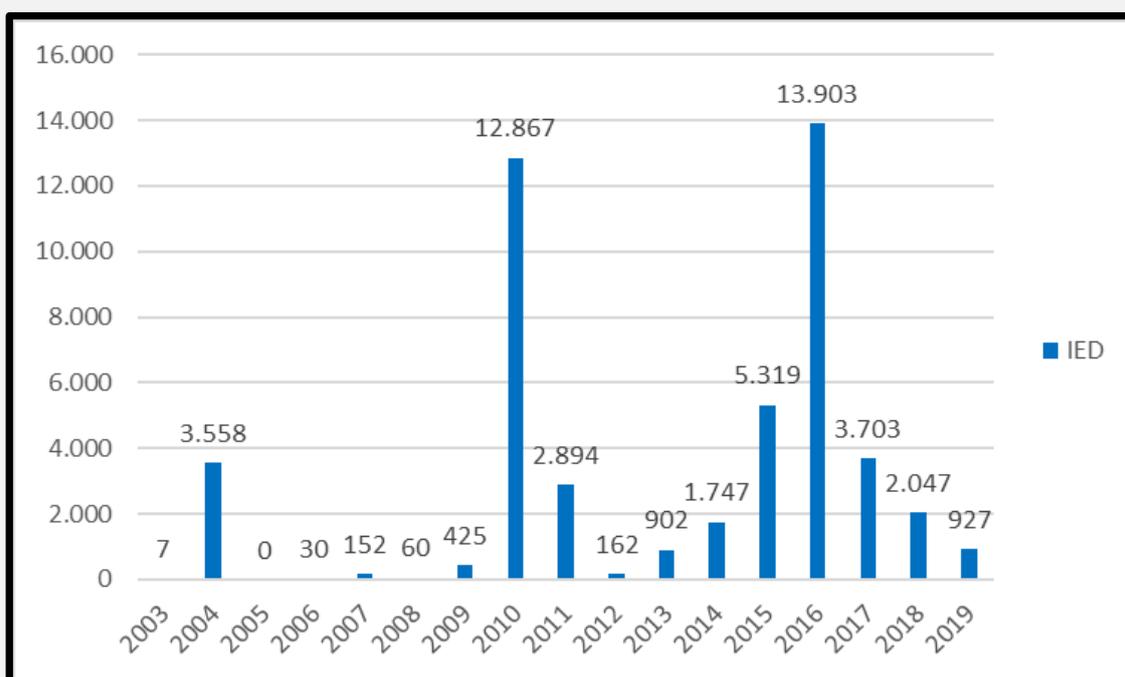
Cumprе salientar que o Banco de Desenvolvimento chinês teve papel relevante no desenvolvimento da infraestrutura interna da China. Nos últimos 15 anos, guiados pela política “*going out*”, esse Banco voltou sua atenção para o apoio às empresas estatais chinesas no exterior (DOWNS, 2011). Ou seja, esse Banco é um instrumento de disputa pelo poder global.

³Eximbank e o Banco de Desenvolvimento Chinês.

Já em 2007, a China inaugurou o *China-África Development Bank*, o qual se tornou o maior investidor chinês no continente africano ao possibilitar o desenvolvimento de aproximadamente dois mil projetos nesse continente (HINGA; JUN; YIGUAN, 2013). Posteriormente, em junho de 2014, na 6ª Cúpula dos BRICS sediada no Brasil, foi formalizada a criação de um Banco de Desenvolvimento.

Este novo Banco visa alinhar as políticas econômicas destes países via estabelecimento de metas de crescimentos significativos e duradouros. Também em 2014 foi criado o fundo de reservas monetárias para atender aos países do Brics em crise de curto prazo (Balanço de Pagamentos). Já outubro deste mesmo ano, o governo chinês criou o *Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB)*. Estas ações adotadas pela China são definidas por Haffner et al (2015, p. 9) como “uma forte política de internacionalização do capital financeiro e, ao mesmo tempo, a intenção de ocupar um lugar que está vago na economia internacional: o de financiar a infraestrutura dos países em desenvolvimento.”

Gráfico 01: IED Chinês para o Brasil US\$ milhões)



Fonte: RED ALC-CHINA. Brasil: OFDI china a nível de empresa (2000-2019).

Aliado a todo o processo de financiamento de obras de infraestrutura, conforme observado acima, a China é o segundo maior realizador de IED no mundo em 2016 (por fluxo). Nos últimos anos, os IED chineses, destinados ao Brasil, têm aumentado, especialmente após o ano de 2010 quando os IED chineses, realizados no Brasil,

aumentaram significativamente, representando uma relevante mudança no comportamento das empresas chinesas frente ao Brasil. Estes dados podem ser apreciados no Gráfico 01.

O período compreendido entre 2010 a 2017 pode ser dividido em quatro etapas. A primeira delas corresponde ao ano de 2010 e foi marcada majoritariamente por investimentos destinados à exportação de *commodities*. A segunda etapa compreende aos anos de 2011 a 2013, foi caracterizada por investimentos na área industrial visando atender ao mercado interno brasileiro. A terceira etapa é o próprio ano de 2013, o qual foi marcado por investimentos no setor financeiro. Já a última fase, ou seja, de 2014 até o presente momento, caracteriza-se por aumentos expressivos e sustentáveis dos IED (CECB, 2017).

Inicialmente, no ano de 2010, a China priorizou investimentos que viessem a suprir sua pauta de produtos exportados pelo Brasil para a China. Assim, os recursos foram canalizados para atividades ligadas às *commodities*. Exemplo desse processo é a aquisição de 40% da Repsol pela empresa estatal chinesa no valor de US\$7.100 milhões, o que equivale a 39% dos IED chineses realizados no Brasil em 2010. Esta compra visa atender à demanda de óleo bruto de petróleo importado pela China e integra o processo de internacionalização das empresas chinesas, as quais têm comprado várias empresas atuantes no setor de recursos naturais (CECB, 2017).

Na segunda etapa (2011 a 2013), visando aproveitar o mercado interno brasileiro, os investimentos chineses dissiparam-se para as áreas industriais, como os setores de máquinas e equipamentos, automóveis e aparelhos eletrônicos (CECB, 2017).

Cumprе salientar que, neste período, nove projetos de investimentos foram do tipo *greenfield*, o que equivale a 25% (US\$3520 milhões) dos US\$13.670 milhões investidos entre os anos de 2011 a 2013 (AEI, 2017). Exemplo desses processos são as instalações da Sany (máquinas de equipamentos e aparelhos eletrônicos) e da Chery, pertencente ao setor automotivo.

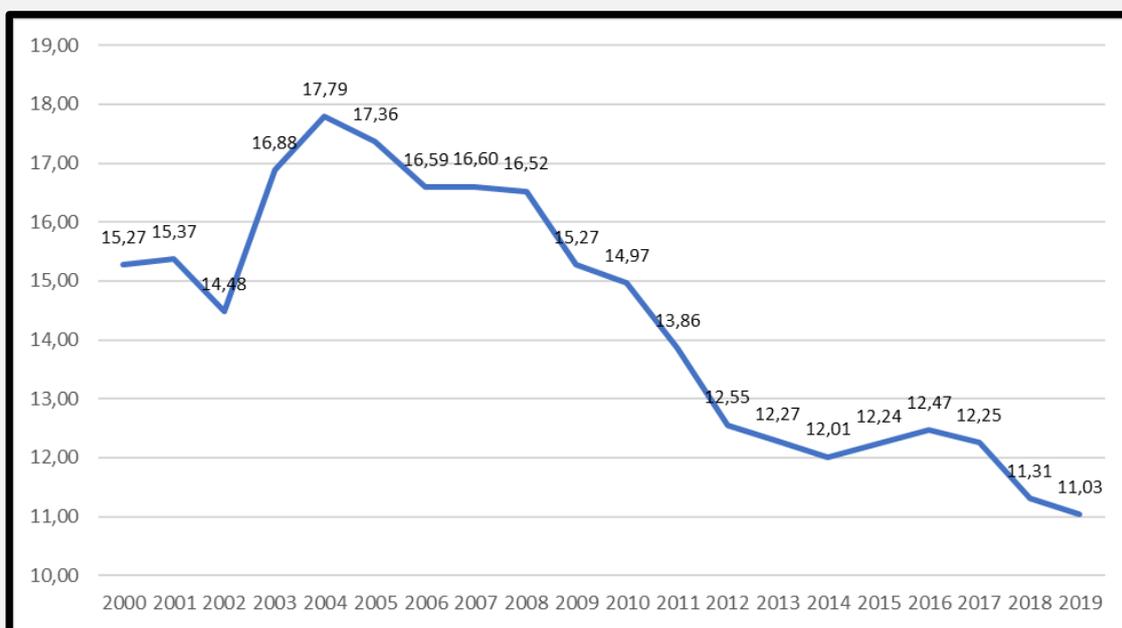
Esta iniciativa também sinaliza uma mudança na política comercial chinesa após a crise de 2008, pois, após essa crise, mercados tradicionais formados pelos países centrais (Estados Unidos e Europa) diminuíram a demanda pelas exportações chinesas, o que levou esse país a ampliar o seu mercado consumidor, ou seja, voltando-se para o mercado interno da América Latina e especificamente do Brasil (CUNHA *et al*, 2012).

A terceira etapa, a qual corresponde ao próprio ano de 2013, é marcada pelo estabelecimento de bancos chineses no Brasil ou aquisição de bancos nacionais e estrangeiros. Este período é marcado pelo desejo chinês de internacionalizar a sua moeda, o Yuan, além de ser registrada a chegada do Banco Industrial e Comercial da China.

Por fim, a quarta etapa é marcada pelo aumento sustentável dos IED, os quais se voltaram principalmente para a produção e transmissão de energia. De 2014 a 2016, o setor de energia recebeu 79% dos investimentos chineses. O segundo setor mais beneficiado foi o agrícola, recebedor de 5%. Nesse período, a maior parte dos investimentos tem sido do tipo *brownfield* (fusões e aquisições), pois essa forma de investimento é entendida como o meio mais eficiente de inserção das empresas chinesas no Brasil, uma vez que possibilita a posse de ativos já consolidados no mercado brasileiro (CECB, 2017).

Também merece destaque, pela sua importância estratégica, esta 4ª etapa, os investimentos no setor de infraestrutura. Dada a existência do déficit brasileiro neste setor (infraestrutura), as empresas chinesas procuraram atuar neste segmento. Evidentemente que esta atuação visa facilitar o escoamento das exportações brasileiras demandadas pela China, tais como soja e minério de ferro. Esses investimentos representam apenas 2% do total desta fase (AEI, 2017), contudo devem aumentar nos próximos anos.

Gráfico 02: Indústria de transformação - % PIB

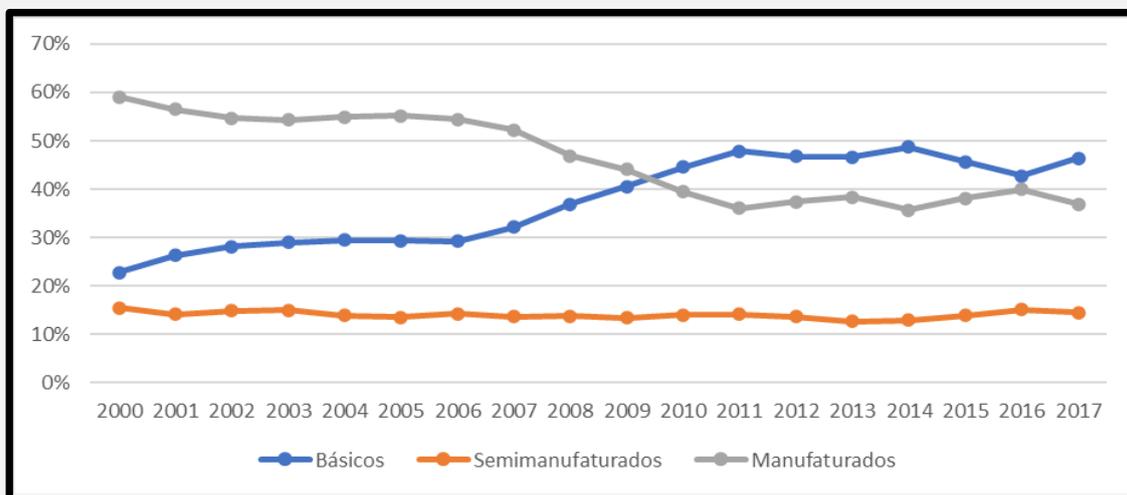


Fonte: IPEADATA (2020).

De modo geral, o que se observa é que os IED chineses, realizados no Brasil, visam internacionalizar as empresas chinesas e, assim, (I) dar acesso a elas ao grande mercado interno brasileiro e latino-americano e (II) estimular a produção dos produtos exportáveis que a China demanda, ou seja, basicamente *commodities*.

Concomitantemente, a realização dos investimentos chineses no Brasil, a indústria de transformação brasileira vem diminuindo sua participação do PIB nacional. No ano de 2000, este setor representava 15,27% do PIB nacional, mesmo valor apresentado em 2010. Após este ano (2010), a indústria de transformação vem anualmente diminuindo sua participação até atingir o mínimo 12,24% em 2015.

Gráfico 03: Participação dos Bens Básicos, Semimanufaturados e manufaturados nas exportações brasileiras (2000-2017)



Fonte: IPEADATA (2018).

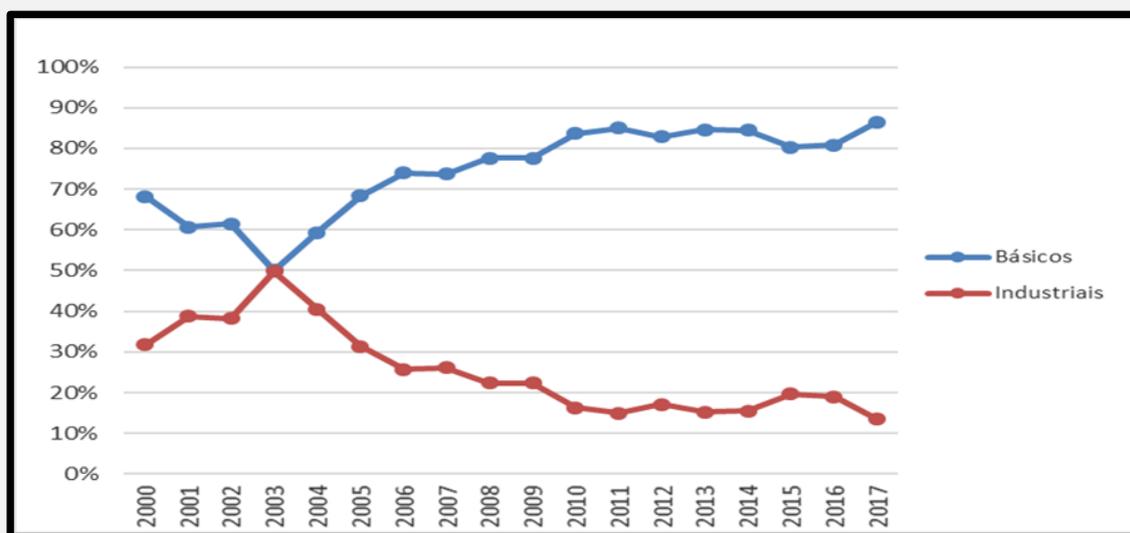
No tocante ao comércio exterior, também se observa uma gradual modificação da pauta exportadora brasileira, a qual vem apresentando um decréscimo dos produtos manufaturados acompanhado por um significativo acréscimo dos produtos básicos⁴. No ano de 2000, a pauta exportadora brasileira era composta por 59% de produtos manufaturados e 23% por produtos básicos. Em 2010, esta relação se inverteu, ou seja,

⁴ O Ministério da Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) classifica os produtos do comércio exterior utilizando o conceito de fator agregado, no qual as mercadorias são classificadas por básicas ou industrializadas (semimanufaturadas e manufaturadas). Os produtos básicos são os quais permanecem com suas características ao estado em que são encontrados na natureza, ou seja, com um baixo grau de elaboração, tais como minérios, produtos agrícolas (café, milho, trigo e soja em grão), carne in natura. Os produtos industrializados passam por transformações substantivas. Se essas mercadorias ainda não estiverem em sua forma definitiva de uso (intermediário ou final), elas são classificadas como semimanufaturadas, pois deverão ser submetidas a outro processo para se tornarem manufaturadas. Exemplos dessas mercadorias são açúcar bruto / óleo de soja bruto (semimanufaturados) transformado em açúcar refinado / óleo de soja refinado (manufaturados).

os produtos básicos superaram as manufaturas. Finalmente, em 2017, as manufaturas representavam 37% enquanto os produtos básicos eram 46% da pauta exportadora brasileira. Em relação aos produtos manufaturados e semi-manufaturados o Gráfico 03 traz maiores detalhamentos.

Os dados referentes à participação dos bens básicos e industriais pode ser observada no Gráfico 04:

Gráfico 04: Participação dos bens básicos e industriais nas exportações brasileiras para a China (2000-2017)



Fuente: Mdic (2018).

Sobre esse aspecto, Fonseca *et al* (2017) ressaltam que a especialização em setores demandados pela China tende a reforçar o processo de reprimarização das exportações brasileiras. No tocante aos impactos que os IED causam nas economias receptoras e nas suas exportações, Lall (2000) e Mortimore *et al* (2001) apontaram a grande relevância dos investimentos externos no rumo da pauta exportadora dos países receptores da Ásia⁵ e latino-americanos⁶. Lacerda (2003, p. 63) também atesta a “crescente a influência dessas empresas (multinacionais) no padrão e na dinâmica do comércio exterior dos países”.

Em trabalho mais recente, Conti e Blikstad (2017) analisam o “efeito-China” sobre a economia brasileira centrado-se no comércio exterior e nos IED. Para os autores, esses dois vetores resultam em mudanças na estrutural produtiva nacional e no aumento da vulnerabilidade externa brasileira. Em relação ao padrão de comércio exterior chinês,

⁵ Singapura, Malásia, Tailândia e Indonésia.

⁶México, Brasil e Chile.

Medeiros (2008) e Nogueira (2012) classificam três padrões com diferentes características: I) o comércio com o Japão e a Coreia do Sul, no qual a China importa fundamentalmente bens de capital e produtos de alta tecnologia e exporta peças industriais intensivas em mão de obra; II) comércio com Estados Unidos e Europa, no qual a China exporta bens de consumo duráveis de menor valor agregado e compra bens de alta tecnologia. III) no Sudeste asiático a China exporta bens de capital e bens de consumo durável e importa insumos metalúrgicos, alimentos e matéria-prima. No que tange aos países periféricos, a China exporta produtos industriais, precisamente bens de consumo e de capital e importa alimentos, matéria-prima e energia. Esta dinâmica comercial aliada aos IED chineses resultaria, portanto, na mudança estrutural e no aumento da vulnerabilidade externa.

Desse modo, procurou-se, nesta seção, apresentar a expansão chinesa e sua influência sobre a economia nacional especificamente sobre a sua estrutura produtiva e sua pauta exportadora. Assim, a próxima seção destinar-se-á à explicação teórica deste fenômeno em curso no Brasil, ou seja, a desindustrialização. É importante destacar que a hipótese adotada neste trabalho não atribui a relação sino-brasileira como um fator desencadeante do processo de desindustrialização e sim como um fator que intensificou este fenômeno na economia brasileira.

3. Desindustrialização no Brasil

Em meados da década de 1980, a indústria de transformação atingiu seu ápice como proporção do PIB, ou seja, 35,88% no ano de 1985. A partir de então, a economia brasileira vem sendo caracterizada por uma expressiva regressão industrial, de modo que a indústria de transformação diminuiu sua participação no PIB nacional de 26,25% em 1990 para 15,22% em 2000 para finalmente representar apenas 12% em 2015, conforme mostra o Gráfico 2 acima (IPEADATA, 2018).

Desse modo, a mudança da estrutura produtiva de uma economia reporta a uma mudança de longo prazo, contudo, este tema começa a ser tratado em âmbito nacional a partir dos anos 2000 como um problema conjuntural da indústria decorrente da carga tributária vigente, preço da força de trabalho, déficits de infraestrutura e valorização cambial (SILVESTRE, 2016). A explicação na literatura para esse fenômeno é diversa.

Assim, Bacha (2013), ao estudar o período de 2005 a 2011, explica o encolhimento da indústria nacional como uma combinação do aumento dos preços das

commodities e expressiva entrada de capitais estrangeiros, associado a uma conjuntura de pleno emprego, o que gera uma demanda por bens não comercializáveis (serviços). Esse processo deslocou mão-de-obra para o setor de serviços, desencadeando a desindustrialização. Já Pastore *et al* (2013) buscam explicar as razões pelo não crescimento da indústria a partir de 2010, ou seja, um período de tempo relativamente curto na medida em que este trabalho foi publicado em 2013. No entendimento desses autores, a estagnação da indústria é entendida a partir do aumento do salário real acima da produtividade. Com o aumento da demanda por bens e especialmente serviços, houve um aumento da procura por mão-de-obra, pressionando assim os salários, o que representou um aumento dos custos de produção. Esse processo, associado à crise internacional, contribuiu para a paralisia da indústria. Logo, esses trabalhos atribuem ao pleno emprego e o conseqüente aumento do preço da força de trabalho como preponderantes no processo de desindustrialização, deixando o fator cambial em segundo plano.

Bonelli e Pessoa (2010) entendem que, ao longo do modelo de substituição das importações, promoveu-se uma excessiva industrialização nacional, o que resultou em uma participação da indústria acima dos níveis internacionais na década de 1970 e 1980. Esse fenômeno foi denominado pelos autores de “doença soviética”⁷. Logo, o que se observou, após 1985, foi apenas adequação “natural” ao tamanho da indústria, face ao excesso de industrialização cometido anteriormente.

Outro grupo de autores, tais como Bresser-Pereira e Marconi (2008), Bresser-Pereira (2012), Oreiro e Feijó (2010) apontam a taxa de câmbio como um dos fatores mais relevantes para a criação de uma estrutura produtiva competitiva. Esta seria a taxa de câmbio de equilíbrio que viabilizaria o desenvolvimento da indústria competitiva e as suas exportações. Contudo, em razão dos países em desenvolvimento serem possuidores de recursos naturais, tais posses proporcionam vantagens comparativas na produção destes produtos básicos. Simultaneamente, dada a entrada de capitais e a implementação

⁷ Bonelli *et al.* (2013) estudam 170 países num período de 40 anos e assim inferem que o Brasil padece da denominada “doença soviética”; situação em que a indústria de um país supera o padrão internacional dado o seu nível de desenvolvimento, população, tecnologia e dotação dos recursos naturais. Dada a essa patologia (doença soviética) a participação da indústria nacional no PIB brasileiro estaria em nível acima correspondente aos países em desenvolvimento. Por esta razão, a diminuição do PIB nacional, após 1985, é interpretada como um fenômeno natural e não exatamente como um problema.

de políticas cambiais populistas, as quais deixam os salários reais artificialmente elevados, gera-se um ambiente inóspito ao desenvolvimento de indústrias competitivas, as quais se valem de tecnologia no estado da arte. Dessa forma, a taxa de câmbio se aprecia, se afastando, assim, da taxa de câmbio de equilíbrio e, conseqüentemente, viabiliza apenas as exportações de produtos básicos. Em suma, a taxa de câmbio apreciada modificaria a estrutura produtiva e reprimariza as exportações do país caracterizando assim a denominada “doença holandesa”.

Os trabalhos citados até aqui apontam as razões da desindustrialização com fatores macroeconômicos, ou seja, aumento do preço das *commodities* aliado à conjuntura de pleno emprego (BACHA, 2013), aumento do salário real acima da produtividade, o que representou um aumento nos custos de produção (PASTORE *et al*, 2013), excesso de investimento durante o PSI, provocando a “doença soviética” (BONELLI e PESSOA, 2010) e a apreciação da taxa de câmbio, o que viabilizaria apenas o setor com vantagens ricardianas, ou seja, o setor produtor primários, configurando assim a “doença holandesa” (BRESSER-PEREIRA e MARCONI, 2008, BRESSER-PEREIRA, 2012 e OREIRO e FEIJÓ, 2010). Contudo os trabalhos da IEDI (2007) e Nassif (2008) relacionam a desindustrialização a questões microeconômicas. No primeiro trabalho (IEDI, 2017), constata-se que efetivamente houve queda na relação entre o Valor Bruto da Transformação Industrial (VTI) e o Valor Bruto da Produção (VBP) em vários setores industriais. Apesar disso, também se verifica a estabilidade na participação em muitos setores por intensidade tecnológica. No mesmo sentido, Nassif (2008), ao analisar o período de 1991 a 2005, constata que de fato houve uma mudança estrutural caracterizada pelo aumento dos setores intensivos em recursos naturais em relação aos setores intensivos em trabalho. Entretanto, também indica a manutenção dos setores intensivos em escala e baseados em ciência. Por essas razões, o processo de desindustrialização seria refutado.

Rowthorn e Ramaswamy (1999), ao estudarem os países desenvolvidos, defendem que os determinantes da desindustrialização passam pelo aumento de produtividade da indústria o que provoca uma diminuição do emprego neste setor. Em outro trabalho, Rowthorn (1999) indica que o emprego industrial diminui na medida em que a renda per capita dos países cresce. Na fase inicial da industrialização, o emprego agrícola diminui enquanto o emprego industrial absorve essa mão-de-obra em atividades como a indústria de transformação, mineração e construção civil. Posteriormente, com o crescimento

econômico, o setor de serviços também se expande e a agricultura tende a diminuir. Com isso, o emprego industrial aumenta e, nos períodos seguintes, diminui, configurando assim o processo de desindustrialização. Logo, quando renda per capita sobe, fruto do desenvolvimento, o emprego industrial decresce em função do aumento da produtividade.

Este fenômeno, aumento da produtividade, provoca dois efeitos contraditórios. Por um lado, provoca-se uma queda nos custos de produção, o que resulta em uma queda de preço dos produtos e um aumento da quantidade demandada. De outro modo, o aumento de produtividade, implica em menor necessidade do emprego de mão-de-obra para se produzir qualquer produto. Rowthorn e Ramaswamy (1999) demonstram empiricamente que a variação da quantidade demandada dos produtos é menor do que a variação no emprego da mão-de-obra. Em outras palavras, o efeito criador de demanda é superado pelo efeito poupador de mão-de-obra, o que resulta em efeito negativo no emprego industrial, muito embora esse processo possa elevar a renda per capita da economia fruto do aumento de produtividade do fator trabalho empregado na indústria.

Procurando explicar a desindustrialização nacional, Belluzzo (2018) advoga que a conjuntura da década de 1980, marcada pela crise da dívida externa e alta inflação, também colaborou para acentuar este processo e impedir o acesso da indústria brasileira a setores pertencentes a terceira revolução industrial em curso na oportunidade. Logo, na década de 1990, a estrutura industrial nacional foi incapaz de acompanhar o avanço da indústria manufatureira global, resultando, assim, em perda de competitividade. Finalmente, nos anos 2000, a mudança produtiva nacional foi acentuada pelo aumento da demanda chinesa por *commodities* aliados à expansão global do comércio de manufaturas.

Desse modo, esta seção procurou sintetizar as explicações para o processo de desindustrialização em curso no Brasil desde a década de 1980. Dado a complexidade e a relevância desse processo para a economia brasileira como um todo, a próxima seção buscará analisar as medidas tomadas no âmbito da política externa, a fim de enfrentar ou tratar esse fenômeno.

4. A Política Externa Brasileira frente a mudança estrutural brasileira

A seção anterior abordou a expansão chinesa na qual, entre outros fatores, se manifesta pela realização de IED no Brasil e a sua influência que esses investimentos podem causar na mudança da estrutura produtiva nacional e no padrão de comércio exterior brasileiro em curso nos últimos trinta anos. Assim, embora se esteja trabalhando

com um fenômeno relativamente novo, na medida em que os IED chineses no Brasil intensificaram-se a partir de 2010, trabalha-se com a hipótese de que a expansão chinesa não arrefecerá e, assim, colaborará para a intensificação do processo de desindustrialização em curso no Brasil, o qual representa significativas consequências estruturais para a economia nacional, tais como a reprimarização da pauta exportadora brasileira e dificuldades de geração de emprego e renda.

À luz desse processo e considerando que a política externa pode ser compreendida como uma série de objetivos que um Estado deseja atingir quando se relaciona com os demais atores no Sistema Internacional e, também, como este Estado se comporta neste Sistema em função do poder relativo que cada país possui frente aos demais países, pretende-se analisar de que modo a política externa brasileira foi usada para enfrentar este fenômeno. Essa abordagem justifica-se pelo entendimento de que a atual mudança da estrutura produtiva nacional afeta visceralmente a denominada fonte de poder tangível⁸ de um país, neste caso a sua capacidade industrial.

Nesse sentido, a Análise da Política Externa sobre a perspectiva pluralista considera que a formulação dos objetivos dessa política tem um caráter “interméstico”, ou seja, são influenciados por fatores domésticos e externos. No âmbito interno, os interesses de grupos com capacidade decisória acabam constituindo o “interesse nacional”, os quais serão expostos aos interesses de outros atores no âmbito externo (FIGUEIRA, 2011). Logo, a política externa é dependente da distribuição de poder e das preferências dos atores nos dois níveis, ou seja, no plano doméstico e no internacional, constituindo assim os “jogos de dois níveis” de Putnam (2010). Dessa forma, a indagação que surge é em que instância os interesses de grupos dominantes ligados ao setor industrial estiveram manifestados frente à mudança estrutural da economia brasileira, na medida em que este processo envolve a perda e o aumento de poder de importantes grupos dominantes.

Neste sentido, Berringer (2015) trabalha com o conceito de bloco de poder, desenvolvido por Poulantzas (1977; 1978), situação na qual o Estado é comandado pela classe hegemônica deste bloco. Contudo, a ideia de bloco de poder não prevê a existência de apenas uma classe com poder decisório, ao contrário, há vários grupos ou classes, normalmente com interesses antagônicos. O Estado, então, trabalha com todos esses

⁸ Outras fontes de poder tangível de um país são a sua capacidade tecnológica, científica e educacional (FIGUEIRA, 2011).

interesses e finalmente atende, ou seja, implementa as políticas econômicas, social e externa que priorize o grupo dominante com maior poder relativo. A principal divergência de interesses decorreria das burguesias, ou de forma mais contemporânea, dos setores industriais, bancário e comercial. Assim, prossegue Berringer (2015), no âmbito das relações internacionais, os interesses desses grupos podem convergir ou divergir em relação a três aspectos: 1) políticas expansionistas ou isolacionistas; 2) abertura ou proteção do mercado interno; 3) alianças e coalizões prioritárias com outros Estados. Em relação a esses aspectos, constata-se que, dada a mudança na conjuntura internacional desde a década de 1970⁹, o Brasil abriu seu mercado interno e, nesse processo, a China vem ganhando importância no meio comercial quanto na relação de IED.

À luz da teoria imperialista, Berringer (2015) observa que Poulantzas (1977) identifica, nas economias dependentes, a divisão da classe dominante em três grupos: a burguesia compradora, nacional e interna. Essa classe dominante, dados seus interesses particulares, vão se comportar de forma distinta em relação ao capital imperialista. A burguesia compradora é fundamentalmente formada pelos grandes proprietários de terras, pelo setor financeiro e o setor comercial. Em função de não possuir acumulação própria, seus interesses vinculam-se ao capital imperialista. A burguesia nacional, como o próprio nome sugere, é uma parcela da classe dominante, natural do país. Ela possui base de acumulação própria, por isso se coloca contra ao capital imperialista. Já a burguesia interna é um misto da burguesia compradora com a nacional, ou seja, tem acumulação própria, porém mantém relação de dependência com o capital externo, dada a sua atividade. Ela é composta por setores da indústria de bens de consumo (eletrodomésticos, têxtil, mecânica, química e metalúrgica e metalurgia), indústria de construção e serviços que trabalham junto com a indústria como transporte e distribuição.

Sob esta perspectiva e considerando que: I) o ano de 2010 foi o período mais intenso de recebimento de IED chinês no Brasil (Gráfico 1). Estes IED visavam justamente estimular a produção dos produtos exportáveis que a China demanda, ou seja, basicamente *commodities*; II) a pauta exportadora brasileira efetivamente se reprimarizou (Gráficos 3 e 4) e grande parte das exportações se destinavam justamente à China¹⁰, a

⁹Deslocamento da estrutura produtiva mundial para a Ásia, especialmente para a China, somado aos fatores internos apontados na seção anterior deste artigo, as quais colaboram para este processo também no Brasil. Foge aos objetivos deste artigo apresentar as causas e razões deste processo. Silvestre (2016) e Hiratuka; Sarti (20015) abordam estas transformações na estrutura produtiva global.

¹⁰ Em 2002, a China comprava 5% das exportações brasileiras, em 2017, este percentual passou para 23%. Ademais, a pauta exportadora brasileira destinada à China é altamente concentrada, sendo 80% dela

qual é o principal parceiro comercial do país deste 2009 e evidentemente tem aumentado sua participação nas exportações brasileiras; pode-se depreender que, de algum modo, a burguesia compradora e interna se fizeram melhor representar e ouvir na formulação das políticas econômicas e externas do Brasil nesse período.

Precisamente sobre este aspecto, Lessa (2017), ao analisar a política externa brasileira implementada no período 2003 a 2016, afirma que:

Em função do crescimento da importância das *commodities* para a sua pauta de exportações, a economia brasileira também passou por retrocessos, como consequências naturais do crescimento do peso dos produtos primários, com uma natural desindustrialização. Aliás, tal reversão foi bastante criticada como um dos efeitos adversos do crescimento da importância da China no Brasil e, por consequência, na política externa dos governos do ciclo do PT (LESSA, 2017, p. 7).

Ademais, o mesmo autor observa que as relações sino-brasileiras tornaram-se “de súbito prioritárias e o crescimento do seu perfil diante do Brasil causou perplexidade aos parceiros tradicionais” (Lessa, 2017, p. 21). Esse processo ensejaria a visita do premiê chinês Li Keqiang, em 2015, a fim de anunciar investimentos chineses na ordem de US\$53 bilhões, os quais seriam destinados, em sua maioria, ao setor energético e comporia a quarta etapa de investimentos chineses no Brasil, de acordo com o Centro-Empresarial China- Brasil (CECB, 2017).

Barbosa e Mendes (2008) também adotam uma postura crítica a essa relação. Embora este trabalho se refira ao início dos anos 2000, os autores já destacavam que a aproximação com a China geraria impactos de quatro naturezas: 1) macroeconômicas, 2) comerciais; 3) deslocamentos dos mercados externos e 4) atração de investimentos externos. Em síntese, os três primeiros impactos podem ser sintetizados no comércio desigual que o Brasil pratica com a China (exportador de produtos básicos e importador de manufaturas). Este processo pode inclusive prejudicar as exportações manufatureiras do Brasil com os países vizinhos e assim, naturalmente, acentuar a mudança da estrutura produtiva nacional. O quarto impacto (atração de IED), na visão dos autores, é positivo na medida em que esses investimentos trariam “impactos positivos para os setores produtivos brasileiros de média e alta tecnologia que se internacionalizaram, montando empresas naquele país” (BARBOSA e MENDES, 2008, p. 45). De fato, os três primeiros impactos são facilmente comprováveis, precisamente, no que se refere a mudança da

concentrada em três produtos: soja (53%), minério de ferro (23%) e petróleo bruto (6%) (Valor Econômico, 2018).

estrutura produtiva nacional e a reprimarização das exportações brasileiras, embora não se possa atribuir todo este processo apenas ao “efeito China”. Já o quarto impacto não se confirma, uma vez que os IED chineses realizados no Brasil após 2010 até o presente momento não se voltaram em sua maioria para o setor industrial.

Entretanto, apesar de apresentar uma postura crítica sobre a aproximação sino-brasileira, Barbosa e Mendes (2008) também observam que esta iniciativa representava “estratégia do atual governo brasileiro de ter como parceiros estratégicos importantes países do Sul” (BARBOSA e MENDES, 2008, p. 47). Por isso, estimulou-se, no âmbito bilateral, o incremento de fluxos comerciais e a atração de “investimentos chineses em setores estratégicos para o país” (BARBOSA e MENDES, 2008, p. 47). Evidentemente que esses interesses estratégicos representavam o desejo de atores domésticos ligados aos setores exportadores de produtos básicos. Desse modo, a estratégia foi atender à demanda existente, ou seja, a China demanda produtos básicos e o Brasil os exporta na condição de produtor destes produtos.

Paralelamente, a fim de estimular grupos empresariais nacionais a participar da competição global, o Governo Lula promoveu a política dos “campeões nacionais”, inspirada no modelo de inserção internacional do Estado Logístico de Cervo (2008), modelo no qual não caberia ao Estado realizar a atividade, mas sim criar condição para que a iniciativa privada o faça. Esse processo consistiu no apoio público à internacionalização das empresas brasileiras através do BNDES, o que na visão de Lessa (2017, p. 18) “representou resultados espetaculares na sua política externa”.

Silva (2018) aponta que, nos governos Lula e Dilma, o Brasil trabalhou com uma matriz de política externa caracterizada por aprofundamento da integração regional, retomada da tradição multilateral, crítica das relações assimétricas entre os Estados e “a busca de parcerias estratégicas com países similares em todos os continentes e uma reaproximação aos países subdesenvolvidos bem como a manutenção de relações com os países desenvolvidos” (SILVA, 2018, p. 11). Assim, buscava-se, por meio desta matriz, efetivamente instigar as relações comerciais com os países do Mercosul e o estímulo à internacionalização das empresas brasileiras. Estas iniciativas buscavam, de certa forma, incitar o setor empresarial e, assim, combater, dentro das possibilidades da política externa, a mudança estrutural em curso no Brasil.

Desse modo, depreende-se que, embora o Governo brasileiro tenha buscado praticar iniciativas que estavam ao seu alcance no que se refere à política de “campões

nacionais” e à priorização da integração regional, também não havia como deixar de ocupar o espaço existente e passar a ser um dos principais fornecedores de insumos básicos à China. Ou seja, dada a complexidade que envolve a mudança estrutural da economia nacional, a qual é afetada por fatores de ordem interna como externa, o Governo adotou, por meio da política externa, medidas para estimular ambos os setores primário e industrial dentro de suas possibilidades. O resultado foi o avanço da desindustrialização e da reprimarização da pauta exportadora, o que indica certo encadeamento da economia brasileira e da política econômica e externa da chinesa.

5. Conclusão

Ao longo deste artigo, buscou-se analisar as principais mudanças pelas quais a economia brasileira passou a partir do ano 2000 e de que modo a política externa brasileira foi utilizada, a fim de modificar ou influenciar o significativo processo de desindustrialização que a economia nacional vem passando nos últimos trinta anos. Assim, embora esse fenômeno tenha sua origem na década de 1980, ou seja, remeta-se a um problema estrutural da economia nacional, as causas desencadeadoras deste processo, apontadas na literatura, nos remetem a um problema conjuntural. Além desses fatores (apreciação cambial, doença holandesa, excesso de investimento e aumento de produtividade), também há de se considerar a expansão chinesa neste movimento da economia internacional. A relação sino-brasileira ampliou-se nos anos 2000 e, a partir de 2010, intensificou-se por meio da realização de IED na medida em que demanda chinesa por *commodities* aumentou, e a China, a partir da crise de 2008, buscou diversificar seu comércio para além da Europa e Estados Unidos, tendo interesse, portanto, no mercado consumidor da América Latina.

Desse modo, considerando que a política externa reflete ou representa os interesses de grupos internos frente às condicionalidades externas, e, sendo o Brasil um grande produtor dos produtos básicos demandados pela China, foi absolutamente razoável o Brasil aproveitar esta oportunidade. Evidentemente que esta iniciativa colaborou para a reprimarização das exportações nacionais, porém a oportunidade existia e deveria, de fato, ser aproveitada. Entretanto, cumpre destacar que a matriz de política externa brasileira buscava intensificação da integração regional, na qual o Brasil possui uma pauta exportadora oposta à realizada com a China, ou seja, para os países vizinhos, exportam-se manufaturas, bem como intensificar as relações Sul-Sul, ou seja, a relação

com países similares. Ademais, buscou-se também incentivar a internacionalização das empresas brasileiras por meio da política dos “campeões nacionais”. Essas iniciativas buscavam, no âmbito da política externa, incentivar o setor industrial.

Por fim, observa-se que a mudança estrutural em curso no Brasil e em boa parte dos países representa um problema complexo e de difícil enfrentamento. Assim, embora a desindustrialização tenha avançado no Brasil, a formulação da política externa entre os anos de 2003 e 2015, procurou, dentro dos seus limites, incentivar o setor empresarial e tentou estreitar os laços com os países da região.

Referências

AEI, American Enterprise Institute. China Global Investment Tracker, 2017. Disponível em <<http://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>> Acesso em 23/12/2017

Bacha, E. Bonança externa e desindustrialização, 2013. Uma análise do período 2005-2011. In: Bacha, E., Bolle, M. (Org.). **O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Barbosa, Alexandre de Freitas; Mendes S; Ricardo Camargo, 2008. A ascensão chinesa e os desafios da política externa brasileira. **Revista Nueva Sociedad**, outubro/2008. Disponível em: <http://nuso.org/articulo/a-ascensao-chinesa-e-os-desafios-da-politica-externa-brasileira/> Acesso e, 24/11/2018.

Belluzzo, L. G, 2018. Blazac e a desindustrialização. **Valor Econômico**, 2018. Disponível em <https://www.valor.com.br/opiniao/5633957/balzac-e-desindustrializacao> Acesso em 03/7/2018.

Berringer, Tatiana, 2015. **A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula**. Curitiba: Appris.

Bonelli, R., Pessoa, S. A. Matos, 2013. Desindustrialização no Brasil: fatos e interpretação. In: Bacha, E., De Bolle, M. B. (Org.). **O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate**. São Paulo: Civilização Brasileira. p. 45-79.

Bonelli, R., Pessoa, S. A, 2010. **Desindustrialização no Brasil: um resumo da evidência**. Brasília: IBRE/FGV. (Texto para Discussão, n. 7).

Bresser-Pereira, L. C, 2012. A taxa de câmbio no centro da teoria do desenvolvimento. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 75.

Bresser-Pereira, L. C., Marconi, N, 2008. Existe doença holandesa no Brasil? In: Fórum de Economia de São Paulo, 4. Anais. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas.

CECB, Conselho Empresarial Brasil-China, **Investimentos chineses no Brasil 2016**. Maio/2017.

Cervo, Amado, 2008. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva.

Conti, B, Blinkstad, N, 2017. Impactos da economia chinesa sobre a brasileira no início do século XXI: o que queremos que sejamos e o que queremos ser. **Texto para discussão**, Unicamp, Campinas, n. 292. Disponível em: www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3512&tp=a Acesso em 13/09/2018

Cunha, A. M, Lélis, M. T. C, Bichara J, 2012. O Brasil no espelho da China: tendências para o período pós-crise financeira global. Rev. Econ. Contemp., Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 208-236, mai-ago/2012.

Dows, Erica S, 2011. **Inside China, Inc: China Development Bank's cross-border energy deals**. Brookings Institution. Disponível em: <<http://www.brookings.edu/research/papers/2011/03/21-china-energy-downs>>. Acessado em 06/10/2017.

Figueira, Ariane Roder, 2011. **Introdução à análise da política externa**. São Paulo: Saraiva.

Fiori, J. L, 2008. “O sistema interestatal capitalista no início do século XXI.” In **O mito do colapso do poder americano**, organizado por José L. Fiori, Carlos Medeiros e Franklin Serrano. Rio de Janeiro: Record.

_____, 2014. **História, Estratégia e Desenvolvimento para uma geopolítica do capitalismo**. São Paulo. Bomtempo.

Fonseca, Pedro, Alves, Vitor, Lima, Marcos Costa, 2017. China e América Latina: Uma nova dinâmica nas relações entre o dragão asiático e a região latino-americana. In: 9º Congresso Latino-americano de Ciência Política – Disponível em <http://www.congressoalacip2017.org/arquivo/downloadpublic2?q=YTToyOntzOjY6InBhc mFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUIFVSVZPIjtzOjQ6IjI4NTEiO30iO3M6 MToiaCI7czozMjoiZDI1NTFiY2M2ZjJhYWZhMDY1MGE5NmNkM2ZjNGI3MDUi O30%3D>. Acesso em 20/12/2017.

Gallagher, Kevin, Irwin, Amos, Koleski, Katherine, 2013. *Novos bancos em cena: financiamentos chineses na América Latina*. In: **Informe: Diálogo Interamericano**, maio, 2013.

Haffner, J., Milan, M, 2015. **Banco de desenvolvimento dos BRICS: Origens e Evolução**. Belo Horizonte. 5º Encontro Nacional da ABRI.

Hinga, Sandy Edward, Jun, Yao, Yiguan, Qian, 2013. China-Africa Cooperation- an outstanding relationship built on mutual respect and common benefits: a review. **International Research Journal of Social Sciences**, v. 2, n. 9, p. 26-32. Disponível em: <<http://www.isca.in/IJSS/Archive/v2/i9/6.ISCA-IRJSS-2013-131.pdf>>. Acesso em 14/07/2020.

Hiratuka, C, Sarti, F, 2015. Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil: uma contribuição ao debate. **Texto para discussão**, Unicamp, Campinas, n. 222, 2015. Disponível em: www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3408&tp=a Acesso em 15/09/2018.

IEDI, 2007. **Desindustrialização e os dilemas do crescimento econômico recente**. São Paulo: IEDI, maio 2007.

IPEADATA. PIB – **Indústria – Transformação (% PIB) anual**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 25 mar. 2020b.

_____. Exportações por classe de produtos. Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 27/5/2018.

Lacerda, Antônio Correa de, 2003. **Globalização e inserção externa da economia brasileira: política econômica, investimentos diretos estrangeiros e comércio exterior, na década de 1990**. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia - Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas.

Lall, S, 2000. "Export performance, technological upgrading and FOI strategies in the Asian NIEs, whit special reference to Singapore". CEPAL, *Série Desarrollo Productivo*, n. 88. Disponível em <https://pdfs.semanticscholar.org/b987/308659ad4b8cb626f80be2476609abf5db94.pdf> Acesso 07/4/2018

Lessa, Antonio Carlos, 2017. A política externa brasileira no ciclo do Partido dos Trabalhadores: continuidades, inovações e retrocessos (2003-2016). **Revista Política**, n. 05, p. 6 – 23 março de 2017.

MDIC, Ministério do Desenvolvimento. Indústria e Comércio. **Balança Comercial Brasileira: Países e Blocos**. Disponível em <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-externor/estatisticas-de-comercio-externor/balanca-comercial-brasileira-mensal-2>> Acesso em 02/6/2018

Medeiros, Carlos, 2008. Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e na China. In: FIORI *et al.* **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Record.

Mortimore, M., Vergara, S. e Katz, J, 2001. "La competitividad internacional y el desarrollo nacional: implicancias para la política de inversión Extranjera Directa (IED) en América Latina". CEPAL, *Série Desarrollo Productivo*, n. 107. Disponível em <<http://archivo.cepal.org/pdfs/2001/S01080635.pdf>> Acesso em 01/5/2018.

Nassif, A, 2008. Há Evidência de Desindustrialização no Brasil? **Revista de Economia Política**, v. 28, n. 1, jan./mar. p. 72-96, 2008.

Nogueira, I, 2012. Cadeias produtivas globais e agregação de valor: a posição da China na indústria eletroeletrônica de consumo. **Revista Tempo do Mundo**, v. 4, n. 3, dez. 2012.

Oreiro, J. L., Feijo, C. A, 2010. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2 (118), abr./jun.

Pastore, A. C., Gazzano, M., Pinotti, M. C, 2013. Por que a produção industrial não cresce desde 2010? In: BACHA, E.; BOLLE, M. (Org.). **O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Poulantzas, Nicos, 1977. Poder político e classes sociais. São Paulo: Editora Martins Fontes.

_____, 1978. Classes sociais no capitalismo de hoje. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Putnam, Robert. (2010). Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. **Revista de Sociologia e política**, vol 18, n36, jun.

RED ALC-CHINA. *Brasil: OFDI china a nível de empresa (2000-2019)*. Disponível em <<http://www.redalc-china.org/monitor/informacion-por-pais/busqueda-por-pais/29-brasil>> Acesso em 03/9/2020.

Rowthorn, R., Ramaswamy, R, 1999. Growth, trade and de-industrialization. **IMF Staff Papers**, Washington, v. 46, n. 1, p. 18-41, 1999.

_____. Indústria de transformação: crescimento, comércio e mudança estrutural, 1999. In: CASTRO, A. B. et al. **O futuro da indústria no Brasil e no mundo: os desafios do século XXI**. Rio de Janeiro: CNI/Campus.

SAFE, State Administration of Foreign Exchange - The Scale of China's Foreign Exchange Reserves (1950-2017). (2018). Disponível em <http://www.safe.gov.cn/wps/portal/english/Data> Acesso em 01/5/2018.

Silva, André Luiz Reis da, 2018. As transformações da política externa brasileira no governo Dilma Rousseff: Identificando condicionantes e prioridades regionais e globais. In: **XXXVI Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos**, 2018, Barcelona. Papers XXXVI Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos.

SILVESTRE, José Maurício. **Globalização e desindustrialização. O movimento internacional do capital e da crise da indústria brasileira desde a década de 1980**, 2016. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, BR-RS.

Haffner, Barbosa. *Mudanças estruturais da economia Brasileira*

SIPRI, Stockholm International Peace Research Institute. Military Expenditure Data base. Disponível em http://www.sipri.org/research/armaments/milex/milex_database Acesso em 20/9/2017.

UNCTAD, 2017. Data Center. Disponível em <http://unctadstat.unctad.org/EN/Index.html>. Acesso em 24/9/2017.